



Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém

A caminho de 40 anos de atividade

Eduardo Tavares | Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém | geral@patrimonio-santarem.pt

Criada por escritura pública de 31 de março de 1978, a AEDPHCS foi a segunda associação de defesa do património criada em Portugal. A atividade do grupo de pessoas que lhe dá origem começa ainda antes, com a organização da Exposição “Santarém – A Cidade e os Homens”, realizada entre 29 de janeiro e 20 de fevereiro de 1977. Foi em muitos aspetos uma associação de vanguarda, mostrando novos caminhos e influenciando sobremaneira a área da defesa do património em Portugal. Mas, sujeita como tudo às leis do tempo e da vida, passou por um período de progressiva perda de importância e capacidade de intervenção, ditada por variados motivos. A atual direção, eleita em janeiro deste ano, faz questão, no entanto, em relevar sobretudo o facto de que as razões e responsabilidades, internas, e externas, que levaram às dificuldades da Associação são para ser assumidas coletivamente e apenas podem servir como ajuda para tentar melhor compreender o que sucedeu e planear um futuro. Para mais, parece-nos que os nossos problemas foram, e são, comuns a tantas outras associações congéneres, e particularizar ou fulanizar questões seria não ver o fundamental.

Com efeito, num relatório sobre a situação da Associação, apresentado em outubro de 2016, foi possível identificar **alguns dos elementos** que conduziram a Associação a uma situação difícil, de quase completo abandono:

“Um primeiro diz respeito aquele que é o normal desenrolar da vida de uma associação, não desta em particular, mas de todas. Há períodos de nascimento, crescimento, e por vezes morte, ou renascimento... há gerações que passam, que coexistem, que se afastam. A vida própria de uma associação é como as nossas próprias, tantas vezes inexplicável. Porque correm bem as coisas, porque correm mal? Talvez tenha faltado na Associação uma ligação entre os mais velhos e os mais novos, uma passagem de testemunhos que necessita tempo e dedicação.”

“Um outro aspeto é o da própria vida da cidade, que em tantos modos mudou. A vida diária da cidade cada vez mais afastada do seu centro, a população mais envelhecida, a degradação do tecido urbano: tudo isso terá tido o seu efeito na vida da Associação.”

A crise pela qual tem passado o movimento associativo em geral não pode ser esquecida...”

“Também institucionalmente, desde 1978, muito se alterou. O facto de passar a existir, dentro dos serviços da Câmara, em outros organismos do estado, e em outras associações da cidade, valências, capacidades e áreas de atuação sobrepostas/conflituantes, não pode deixar de ter efeito sobre a forma como a Associação é recebida e percebida no espaço público, com significativa alteração da sua importância relativa, quer na área

1 | Santarém. Ilustração de Pier Maria Baldi da Viagem de Cosme III de Medici a Portugal no século XVII.



puramente cívica, quer na área de intervenção técnica, quer até na área política. A capacidade de ser poder/contrapoder, a capacidade de ser parceiro, a capacidade de atuar, enfim, está substancialmente alterada.”

Nesse mesmo relatório identificámos também quais as tarefas principais a realizar. **A primeira e mais premente, a alteração de estatutos**, precedida de ampla participação e discussão, com sócios e convidados. Destacamos a necessidade de:

- Atualização dos objetivos: introdução do conceito de património imaterial, paisagem cultural, natureza, ambiente, etc., atendendo à Lei n.º 107/2001 e outra legislação relevante.
- Novas classes de sócios singulares (para integrar crianças e jovens).
- Aceitação como associados de entidades coletivas – comuns ou beneméritas, com definição das formas de representação e voto.

Lançámos neste ano três projetos (candidatos a financiamentos na Câmara Municipal de Santarém). Estes projetos correspondem às áreas cuja importância e premência considerámos fundamental no momento presente da Associação.

Projeto **Digitalização e arquivamento do espólio da AEDPHCS**, no sentido de criar um fundo com a documentação existente, que pela sua especial importância para a cidade e para o associativismo na área do património justifica especial cuidado, prevenindo a sua futura disponibilização à comunidade académica.

Projeto **Rede Freguesias e Património**, de ligação da Associação às freguesias rurais do concelho de Santarém, com a criação de uma rede de troca de informação e apoio na área do património, com recurso às próprias freguesias enquanto facilitadoras de logística básica, quando necessária, e voluntariado local.

Projeto **Encontro Educação e Património**, de encontro, coordenado com a CMS e com os Agrupamentos do Concelho de Santarém, e Estabelecimentos de Ensino Particular, com professores de todas as áreas relevantes para o Património, nomeadamente professores do ensino Básico, professores das

disciplinas de História, Geografia, Ciências da Natureza, Físico-Química, e Artes – com o objetivo de estabelecer relação e coordenação com as entidades que trabalham na área da educação na área do Concelho, auscultar as necessidades e propor formas de trabalho com o objetivo de fazer do tema Património um tema transversal a todos os níveis e áreas da educação.

Uma outra das dificuldades que identificámos na nossa Associação é a que respeita a custos fixos de funcionamento. A gestão dos sócios, com funcionário (a meio-tempo), a cobrança de quotas com percentagem para o cobrador, e a comunicação com os sócios, tiveram custos que absorviam uma parte substancial do valor cobrado em quotas. Água, luz e telefone, e a renda de uma sede de dimensão apreciável eram pesos demasiados para o que se conseguia recolher dos sócios, tornando a dependência de apoios autárquicos indispensável, mas conduzindo a uma ineludível dependência, que a todo o momento podia fragilizar a capacidade de intervir de forma independente. A necessidade premente de reduzir ao máximo estes custos, por um lado, e a importância de desmaterializar a nossa capacidade de intervenção, respondendo às novas formas de comunicação no espaço público, levaram-nos a apontar para a Internet. Abrimos um novo website, construído sobre uma plataforma open-source, Wordpress, com recurso a um plug-in de gestão de base de dados, gratuito, “Participants Database” – que permite a definição dos campos que se ache necessários, a criação de formulários de inscrição online e uma gestão simples da situação de cada sócio, com possibilidade de exportação de dados e tratamento em Excel. Iniciámos também o uso dos serviços de uma entidade de pagamentos, a EuPago, Lda., para emissão de referências de pagamento por multibanco, para pagamento de quotas e de donativos. Só há pagamento de comissões no caso de existir pagamento. Nos pagamentos por multibanco ficam por € 0,62 cada. Atendendo a que o sócio fica de imediato com um comprovativo de pagamento e que não são assim necessários mais procedimentos administrativos (apenas o registo do pagamento na base de dados), parece-nos uma solução económica e conveniente.

Uma das dificuldades que entrevemos no panorama atual do trabalho das associações é o de que as pessoas estão habituadas a um permanente estado de mediatização, de tudo... Nas redes sociais e nos jornais on-line há inúmeros canais onde as pessoas participam, muitas vezes de forma entusiástica, mas geralmente de forma superficial. Nesse sentido estamos a trabalhar, e a procurar outras associações interessadas, na criação de uma plataforma comum, em que os respetivos sócios possam participar de forma ativa na recolha de informação relevante na área do património. Nesta plataforma, fotos, textos, relatos, testemunhos pessoais, etc..., poderão ser registados **de forma coerente e contextualizada**, criando um fundo patrimonial comum, georreferenciado e sempre atualizado, que poderá ser a seu tempo uma espécie de **inventário permanente**, não apenas dos *objetos* do património, mas também do *estado* dos objetos. Esta seria uma tarefa da maior importância, em que a participação dos sócios, de todos os níveis etários seria valorizada, independentemente da formação de cada um, mais ou menos aprofundada. A consulta deste fundo patrimonial poderia ser pública, mas o acesso à colocação de registos seria limitado a associados. O apelo seria a um estatuto de associado ativo, participativo, envolvido. Um associado *protetor* do património, mas também *gerador* de informação sobre património. Tecnicamente esta plataforma não implica nenhuma grande dificuldade e o seu futuro dependerá mais do tipo de colaboração que se conseguir entre associações congéneres.

Está, pois, aberto, e em aberto, o futuro da Associação... faremos o nosso melhor para que em março de 2018 a AEDPHCS comemore condignamente os seus 40 anos de atividade, com a perspetiva de passagem às gerações mais novas de um imenso legado, e responsabilidade, no estudo e defesa do nosso património. ■